

“What is the purpose of archaeology? Is it a quest for objectivity; to acquire more facts; to understand or even explain the truth of the past? Is it even to provide justification for an epistemology which holds that truth is to correspond with the facts of the past? Might it not be to foster an open reason, an acceptance of fallibility. In doing archaeology we might not just gather more facts, approaches, explanations, but also acquire the ability to engage in understanding, a learning of tact and judgement in a dialog with the past”

Shanks, 1992, p. 46

A absoluta necessidade metodológica de tecer comentários conclusivos nem sempre significa que estes venham a ser profícuos em informação e afirmativos em certezas.

Na verdade, compreender o Neolítico final e o Calcolítico da Península de Lisboa através dos dados disponíveis requer um exercício de constantes interrogações e dúvidas. Este grau de incerteza é derivado do tipo de informação disponível e do acumular de certezas pré-determinadas. Neste panorama de investigação, difícil é validar o trabalho arqueográfico em que este estudo se baseia. Deve portanto sublinhar-se uma vez mais que se trata de uma primeira abordagem, que se pretendeu recuperar os dados de investigações antigas e descontextualizadas; que os trabalhos de campo são preliminares e limitados às próprias condições de (in)visibilidade do solo e que, em termos globais, o universo de estudo da Ribeira de Cheleiros é largamente parcelar. Todos estes limites (e outros) referidos ao longo do texto, constrangeram a análise.

Trata-se assim do estudo possível, com uma escala de análise cuja operacionalidade me pareceu adequada, mas que não implica necessariamente a existência de uma “entidade” com um percurso histórico coerente como um todo. Se as grandes escalas de análise são fundamentais para análises históricas e para o estabelecimento de modelos interpretativos de realidades tão complexas como a neolitização ou a calcolitização, estando presentes desde os inícios do discurso arqueológico, a utilização de micro-escalas de análise não é a opção inversa. Embora optasse aqui por uma escala de análise com estas dimensões, procurei fugir a uma leitura autista da realidade arqueológica, ainda que, para alguns itens, como as estratégias do povoamento ou a cultura material, possam existir de factos lógicas regionais e micro-regionais.

No meio da profusão de dados provenientes da Península de Lisboa, só a delimitação de áreas de estudo específicas pode trazer algumas novas respostas. Traçar os contornos físicos desta área regional - Penínsulas de Lisboa e Setúbal, Baixa Estremadura - será sempre difícil e, no actual estado dos conhecimentos, é agora impossível. Parece evidente que não podemos considerar genericamente a Estremadura como entidade cultural coerente ao longo de toda a Pré-História, uma vez que aqui existem realidades paisagísticas e arqueológicas bem diferenciadas.

A escolha de uma ribeira costeira, que congrega duas realidades – a plataforma costeira a norte da Serra de Sintra e o “interior” da Península de Lisboa – procurou integrar parte do mosaico de realidades paisagísticas (e arqueológicas) existentes na província da Estremadura.

Como foi referido ao longo deste trabalho, a coerência física e arqueológica desta unidade nunca foi almejada. Na verdade, quer em termos paisagísticos quer arqueológicos, a plataforma litoral a Norte da Serra de Sintra pode ser entendida até ao conjunto de elevações que delimitam a margem direita da Ribeira de Cheleiros. Deste espaço, podemos salientar a sua fácil transitabilidade e a coerência interna da sua ocupação (povoados mais concentrados junto à Ribeira e necrópoles junto ao litoral ou mais próximo da área da Serra). A Ribeira de Cheleiros é assim um indicador precioso das modalidades em que o povoamento do Neolítico final e Calcolítico aqui se revelou ao longo dos IV e III milénios a.C.

Numa região com investigação arqueológica centenária, com um número elevado de sítios identificados e escavados, parece difícil estabelecer quadros globais de compreensão e partir para um discurso menos casuístico.

Os próprios conceitos periodizantes dos vários neolíticos e calcolíticos são por vezes inadequados e com frágil fundamento arqueográfico.

Com excepção de Olelas (e do Penedo do Lexim), a perspectivação cronológica dos sítios em análise é exclusivamente realizada através da análise de conjuntos materiais completamente descontextualizados. Para as necrópoles, são muito arriscados os raciocínios desta natureza, mas, no que se refere aos povoados, o actual conhecimento da cultura material da Península de Lisboa permite-me realizar algumas distinções.

Esta é uma primeira tentativa, com uma precisão bastante grosseira, e que deverá ser concretizada com a prossecução de trabalhos de escavação. O conjunto de sítios em análise está insuficientemente caracterizado, podendo a realidade da superfície mascarar as interpretações propostas.

“Later Neolithic society would thus have been extremely heterogeneous, composed of multiple communities whose loyalties may have fluctuated and required regular reinforcement. As much as anything, the ways in which people understood the world around them may have been quite varied”

Thomas, 1996, p. 180

O Neolítico final aparece pois atribuído a realidades muito diferenciadas, que emergem com a definitiva consolidação do processo de neolitização, a intensificação das práticas agro-pastoris, a circulação de ideias, artefactos e matérias.

Este conceito periodizante é aplicado a praticamente tudo aquilo que parece mais recente que o Neolítico antigo ou antigo evolucionado. Com a utilização desta designação em termos globais talvez se esteja a condensar tempos e realidades num lapso de tempo demasiadamente curto e que, infelizmente, se encontra insuficientemente datado. A importância conferida à identificação dos mecanismos de passagem por vezes pode dificultar-nos a leitura das realidades do Neolítico final e Calcolítico.

Algures em meados do IV milénio a.C. começa a delinear-se uma intensificação das práticas agrícolas e pastoris e da sedentarização (com a provável aparição da Revolução dos Produtos Secundários), com grande diversidade de modalidades de povoamento que deverá expressar uma variedade de recursos explorados e também mesmo do tipo de comunidades. A evidência da camada neolítica de Liceia parece indicar que, aqui, a Revolução dos Produtos Secundários estaria já bem fundamentada, com a predominância de boi doméstico. Não podemos porém extrapolar esta situação para todos os contextos de Neolítico final, uma vez que parece aqui existir uma grande diversidade de soluções.

Usualmente (e este trabalho não é excepção), as modalidades de ocupação do Neolítico final são contrastadas com o que vem a seguir, compreendidas conjuntamente com as comunidades agro-metalúrgicas. Perante essa perspectiva, constatam-se as permanências nas escolhas, mas também as rupturas. Importante seria também confrontar esta realidade com o que se passou em momentos anteriores, no nebuloso Neolítico médio, que tarda em ser caracterizado.

Também na cultura material se verifica a multiplicidade das escolhas dentro de um leque de formas generalizadas (confronte-se a variedade de tipos de bordo denteado ou de formas carenadas), realidade que não é muito distinta com o que sucede na área meridional.

Em termos de ideias, artefactos e estruturas da morte e do sagrado, o Neolítico final marca o início da individualização do conjunto da Península de Lisboa. Embora sejam muito arriscadas as atribuições cronológicas para o megalitismo regional, parece que surgem então novos monumentos funerários (grutas artificiais, de acordo com as recentes datações absolutas), começam a circular novas concepções ideotécnicas (artefactos votivos de calcário na transição para o III milénio, matérias-primas exóticas, utensílios quotidianos como as alabardas, que exigem um grande investimento de tempo de fabrico) ao mesmo tempo que permanece em utilização um conjunto de estruturas e artefactos relacionados com o mundo alentejano (antas, placas de xisto e báculos, formas cerâmicas).

Provavelmente, data do Neolítico final a fusão de diferentes influências ideológicas e religiosas dos vários pontos do Sul Peninsular. Se para o Neolítico final e Calcolítico inicial ainda podemos registar a presença de alguns elementos da cultura material de povoados em necrópoles, com o Calcolítico parece existir uma separação sensível entre estes dois mundos, ou então os conjuntos megalíticos têm um vazio ao longo do Calcolítico pleno.

Este processo, iniciado com o Neolítico final, terá o seu momento mais significativo na primeira metade do III milénio a.C., quando sob influências várias surge um conjunto individualizável (sobretudo marcado pelos artefactos votivos de calcário) que pode funcionar como indicador das coerências da parte Sul da Estremadura. A diversidade torna-se aqui mais uma vez a marca da individualidade.

Na Ribeira de Cheleiros, o Neolítico final corresponde a um povoamento disseminado e com vários tipos de escolhas, em áreas próximas do Oceano, em vertentes suaves, mas também em pontos destacados na paisagem, como sucede em Olelas. Não existe uma malha preferencial ao longo das margens da Ribeira (sentido interior-litoral), mas também aqui se verifica a maior abundância de vestígios na margem esquerda da Ribeira (actual concelho de Sintra). O povoamento disseminado também poderá ter uma correspondência efectiva na morfologia dos povoados, infelizmente sem escavações realizadas. É curiosa a escolha de locais de habitat na proximidade de afloramentos rochosos de formas peculiares e que ainda hoje estão bem marcados na memória das populações (Funchal, Anços, menires da Barreira e o conjunto de sítios de Negrais).

Os sítios de Negrais assumem particular importância como evidência, mais ou menos preservada, do carácter disseminado do povoamento, podendo traduzir a mobilidade dos grupos que aqui habitavam. Aparentemente aqui existiu um abandono do local ao longo da primeira metade do III milénio (entre os milhares de peças recolhidas apenas se identificou um fragmento de pote calcolítico com caneluras e um possível fragmento de copo canelado) e uma intensa reocupação em finais do Calcolítico/inícios da Idade do Bronze. Aliás, verifica-se a coincidência dos sítios de povoamento dos momentos terminais do Neolítico e do Calcolítico, situação também presente nos sítios de Monsanto ou na área de Loures.

“O Calcolítico não se resume à questão das fortificações. Nem sequer à metalurgia do cobre. Existem vários Calcolíticos e não apenas um. Ou, em alternativa, muitas facetas de uma realidade única.”

Gonçalves, V., 1989, p. 448

A desconstrução das várias facetas do Calcolítico deve incluir escalas de análise regionais e micro-regionais, confrontando modelos prováveis com a especificidade de cada caso. Grande importância tem sido conferida à explicação do início do processo de calcolitização. Argumentos indigenistas e colonialistas têm sido esgrimidos continuamente, muitas vezes

utilizando os mesmos argumentos, mas em diferentes perspectivas. Contrariamente ao que é dito na epígrafe, a questão da calcolitização regressa inevitavelmente ao tema das fortificações e da metalurgia.

Os dois cenários privilegiados para a construção dos vários modelos explicativos foram a Estremadura e o Sudeste espanhol. A abundância de sítios arqueológicos (necrópoles e povoados) desta área e o cariz paradigmático de sítios como Los Millares, Vila Nova de São Pedro ou Zambujal levou a que se optasse, para estas duas zonas, por uma carga explicativa semelhante. Em quaisquer dos posicionamentos teóricos assumidos a coerência interna destes dois mundos (“culturas”) nunca foi verdadeiramente questionada. Para o Sudeste sempre existiu um maior “integralismo” dos conteúdos teóricos, desde as perspectivas histórico-culturais até aos modelos processuais enquanto que para a Estremadura sempre existiram perspectivas teóricas cumulativas. Aqui, nunca se fizeram realmente sentir as perspectivas sistémicas da *New Archaeology*, até porque desde os anos 70 existiu um decréscimo da actividade arqueológica nesta zona face ao descobrir do Calcolítico noutras áreas do actual território português.

A exegese dos rumos da investigação calcolítica tem uma utilidade relativa uma vez que apenas acentua as fragilidades dos vários quadros teóricos e da circularidade das propostas possíveis. Como referiu R. Micó, após a refutação dos quadros explicativos histórico-culturais pela fragilidade dos seus fundamentos (datas de radiocarbono, análises de proveniência, estudos funcionais), assiste-se frequentemente ao retomar de algumas perspectivas utilizando as novas ferramentas metodológicas que a arqueologia processual introduziu na *praxis* arqueológica e abandonando o empirismo da atribuição de proveniências longínquas e de faseamentos sem base arqueográfica minimamente segura. Contrariamente ao autor referido, julgo que estes regressos não podem ser considerados positiva ou negativamente, já que este processo de avanços e recuos é próprio do discurso arqueológico.

A Estremadura, vista pela perspectiva única de sítios paradigmáticos como Vila Nova de São Pedro, foi entendida como pólo difusor de protótipos orientais, partindo de uma base explicativa reduzida. Actualmente, no entanto, as perspectivas extremam-se numa posição inversa, com datações absolutas que colocam o início do Calcolítico estremeno em época mais recente do que o do Sul. Considerando a fragilidade das datas e dos contextos com que esta perspectiva se baseia, não podemos deixar de considerar que pelo menos os processos são simultâneos nestas duas áreas, não podendo ser induzidos movimentos de partida/chegada em nenhuma das direcções. A existirem, decerto que estes movimentos tiveram um duplo sentido.

A cerâmica funciona ainda como o indicador periodizante privilegiado em áreas tão diversas como o Sul ou a Península de Lisboa. Para justificar esta utilização sistemática, buscam-se outros significados, que ultrapassem as meras distinções formais. Esta carga explicativa é sintomática dos diferentes quadros explicativos destas duas áreas regionais. Assim, para o Alentejo e Algarve, o predomínio do prato (com distinções de bordo e dimensões) funciona como elemento indicador de mudança de hábitos alimentares, traduzindo a intensificação agrícola que o processo de calcolitização introduz. Ao invés, os copos canelados da Estremadura são entendidos como elementos de intensificação das relações sociais, especialização da economia e da rede de trocas regional e supra-regional. Nesta área, o processo de calcolitização é compreendido através destas facetas sociais, onde a componente agro-pastoril da Revolução dos Produtos Secundários surge como fenómeno marginal. Sob esta perspectiva se devem entender as propostas de leitura de alguns dos povoados mais importantes como o Zambujal e Vila Nova de São Pedro.

Como é facilmente compreensível, estas são perspectivas simplistas das várias matizes que a calcolitização do Centro e do Sul de Portugal poderá indicar e que devem integrar o maior número possível de registos: tanto a nível da cultura material, intensificando estudos sistemáticos sobre os conjuntos cerâmicos (decorados e não decorados), a indústria de pedra lascada, polida e a metalurgia (com as áreas de captação prováveis); quanto a nível de estratégias de povoamento, dos vários tipos de sítios arqueológicos; recuperando a informação riquíssima das necrópoles da área.

Apesar de globalmente podermos considerar o Centro e Sul de Portugal como uma unidade coerente, onde a circulação de pessoas e mercadorias decerto era frequente, a verdade é que, na Península de Lisboa, encontramos uma realidade distinta da área do Sul. Esta especificidade tem uma expressão imediata na sua cultura material, mas também poderá ser perceptível em outro tipo de registo, conforme se pode verificar pela comparação de sítios das duas áreas regionais (Monte da Tumba e Liceia).

A compreensão das primeiras comunidade agro-metalúrgicas que habitaram nas margens da Ribeira de Cheleiros deverá ser matizada de acordo com uma periodização do Calcolítico mais fina. A distinção de um Calcolítico inicial, pleno e final não corresponde apenas à clássica divisão tripartida que quase todos os períodos históricos encerram, mas parece ter alguma coerência interna, globalmente entendida nestes três tempos.

O Calcolítico inicial surge aqui representado apenas em dois povoados - Olelas e Lexim - em claro confronto com um número consideravelmente mais elevado de sítios do Neolítico final, mas os momentos mesiais e terminais do Calcolítico apresentam um número de sítios mais elevado.

Raros são os locais em que existe uma sucessão Neolítico final/Calcolítico inicial. Parede é o exemplo de uma oportunidade desperdiçada, Liceia veio demonstrar a descontinuidade das duas realidades, do Penedo da Cortegaça sabemos muito pouco e Olelas parece corresponder a uma sequência com maior antiguidade que Liceia, mas que permanece sem a publicação dos modernos contextos.

É curiosa a confrontação entre um Neolítico final com escassa cerâmica decorada e o Calcolítico, com grande variedade de tipos de decoração impressa e canelada. Este tipo de comparações genéricas deveria ser acompanhado por outras considerações de carácter funcional (hábitos alimentares, armazenamento, capacidade dos recipientes). A confrontação dos conjuntos de Neolítico final de Negrais face à cerâmica do Penedo do Lexim parece indicar para o Calcolítico uma maior robustez das paredes cerâmicas, provavelmente maior capacidade dos recipientes (formas carenadas e bordos denteados correspondem a recipientes de média dimensão), maior homogeneidade das pastas.

A variedade das gramáticas decorativas do Calcolítico estremenho parece, em geral, submissa a modelos uniformes presentes na generalidade dos povoados. A ausência de publicações sistemáticas de materiais em associação com estratigrafias finas, impede-nos porém de matizar possíveis conexões com um espectro temporal mais curto e associações de carácter micro-regional ou mesmo inter-povoados. Deve-se, mais uma vez, referir as diferenças das cerâmicas decoradas de Penedo do Lexim e Olelas. Neste último sítio, surge um motivo decorativo em abundância (37%) que se encontra completamente ausente do outro povoado referido.

O tipo de implantação e outros indicadores paleoeconómicos parecem indicar a crescente importância que a agricultura e a pastorícia assumiu ao longo do Calcolítico. Assim, são abandonados locais onde a agricultura seria menos favorável (como Negrais) e explorados intensivamente os recursos secundários dos animais domésticos, associando-se preocupações de índole económica com intuítos defensivos. Contrariamente ao que sucede para

o Sul, são escassas as evidências de farinação: o número de elementos de mó é consideravelmente reduzido, podendo esta ausência ser parcialmente explicada pelo tipo de trabalhos aqui desenvolvidos, mas também poderá ter uma real significado económico (ou da forma de consumo).

Em contrapartida, julgo que a importância do cobre poderia aqui assumir um papel menos activo, uma vez que não teria um valor tão estratégico (em termos de viabilização económica e de importância para o quotidiano da comunidade) como outras matérias primas como o anfíbolito. Contrariamente aos esquemas clássicos do Calcolítico estremenho, deve ser referido que existem alguns indicadores que demonstram que o cobre pode ter existido em quantidade suficiente para as parcas necessidades daquelas comunidades. As notícias de minas de cobre a céu aberto em locais sobre a Ribeira de Cheleiros (tal como em outros locais, como o vale do Sisandro ou Belas) questiona um dos elementos que caracterizam uma Península de Lisboa como efectivo “entreposto comercial” do Centro e do Sul do actual território português do qual o anfíbolito, o sílex e as matérias exógenas constituem peças do mesmo tipo de mercado idealizado.

Apesar das sucessivas “derrapagens” dos elementos do “horizonte de importação”, que funcionariam como base explicativa de uma calcolitização forânea (copos canelados, cobre, fortificações, cerâmica simbólica ...), não podemos cair numa perspectiva oposta. São óbvias as evidências de trocas a curta, média e longa distância, expressas tanto a nível das necrópoles (que naturalmente integram objectos de excepção) como a nível dos povoados.

Esta receptividade a matérias (e ideias) externas poderá ter sido iniciada no Neolítico final, mas é no Calcolítico que estas se intensificam, correspondendo a um maior controlo das “rotas” comerciais e das áreas de proveniência. Embora as trocas possam também ter existido no Sul, a natureza e a escala que estas assumem na Península de Lisboa assume de facto o carácter mais marcante da calcolitização estremenha. A presença evidente de materiais exógenos e a introdução de novos conceitos (concepção do espaço tumular com os tholoi e grutas artificiais, estrutura dos povoados fortificados, novas tecnologias e novas ideias mágico-religiosas) parecem indicar que, de facto, a brisa mediterrânea atingiu a Península de Lisboa. Permanece por conhecer quando e como (deslocação de pessoas ou de ideias /matérias?) essa influência se fez chegar, numa clássica hesitação de vários tipos de problemáticas da Pré-História (por exemplo para o megalitismo, para o processo de neolitização...).

Convivendo com esta intensificação das práticas agro-pastoris e das rotas comerciais, as actividades cinegéticas deveriam ter continuado a exercer um importante papel no quotidiano destas comunidades, combinando os recursos terrestres e aquáticos.

As “cartografias” aferidas do actual conhecimento arqueológico da zona são reveladoras das profundas alterações que o Calcolítico introduziu na zona, e que poderão ser perceptíveis na cultura material, tipo de implantação e localização preferencial.

Quanto às localizações preferenciais, parece verificar-se a concentração do povoamento numa área mais recuada em relação ao Oceano, realidade identificável em outros pontos da Península de Lisboa. O povoamento concentra-se nas partes terminais da Ribeira de Cheleiros, em pontos com grande proximidade entre si. As diferenças nas estratégias de povoamento com os momentos anteriores parecem bastante marcadas, restando por identificar os conteúdos sociais que estas mudanças implicam (abandono, continuidade, ruptura ?).

A coexistência espacial e cronológica de dois povoados calcolíticos, um deles com o aparelho defensivo identificável (Olelas) e o outro onde este é plausível (Penedo do Lexim) pode indicar-nos o tipo de relacionamento entre estas comunidades.

A identificação de cânones arquitectónicos nas estruturas defensivas calcolíticas é sempre problemática. Para além dos protótipos complexos do Zambujal e de Liceia, existi-

riam outras formas de garantir a defesa dos povoados. A variedade das soluções encontradas poderá indicar-nos o grau de divulgação do conceito de povoado fortificado.

Numa zona tão restrita quanto a Ribeira de Cheleiros encontramos soluções muito diversas: uma estrutura simples e de pequena dimensão, mas com os elementos básicos deste tipo de estruturas (Olelas), e o afeiçoamento a um local que paisagisticamente marca positivamente a paisagem da área (Penedo do Lexim), não somente pelo seu posicionamento orohidrográfico mas também pelo carácter agressivo dos afloramentos (maciço vulcânico).

Neste penedo, onde o acesso seria difícil e a defensibilidade e visibilidade elevadas, foram ainda construídas estruturas defensivas (se acreditarmos nas escassamente fundamentadas descrições dos autores da escavação), colmatando os afloramentos. A construção de uma muralha neste contexto não pode ter apenas um significado cénico, uma vez que esta função é perfeitamente desempenhada pela natureza que, decerto, se sobrepunha visualmente às estruturas. Igual raciocínio pode ser aplicado à Penha Verde, situada em plena Serra de Sintra, e onde se encontrou uma solução semelhante, mas numa cronologia mais tardia. A especificidade do conceito de povoado fortificado terá necessariamente vários significantes, não podendo corresponder globalmente a uma única realidade social, económica e mental.

Muito embora esteja limitada à exiguidade dos dados, parece possível afirmar que, neste caso, com o Calcolítico, se verifica o abandono de áreas vulneráveis, como os sítios de Negrais, e a opção por pontos com maior visibilidade e controlo, intensificando-se o controlo da paisagem. Não é possível entender se esta contracção da malha de povoamento do Calcolítico corresponde de facto a uma concentração das comunidades ou a uma redução das mesmas.

Qualquer dos sítios calcolíticos identificados (Olelas, Penedo do Lexim, Alto do Montijo, talvez Penedo da Cortegaça) parece corresponder a áreas de ocupação bastante restritas, que não poderiam comportar comunidades muito grandes. Por outro lado, a excepcionalidade de casos como o Zambujal, Vila Nova de São Pedro ou Liceia poderá também ser fabricada e ampliada pelo tipo de investigação a que estes três sítios foram sujeitos, face à exiguidade de trabalhos de escavação em outros sítios calcolíticos.

A história da investigação que frequentemente sucede aos povoados fortificados calcolíticos conduz a leituras mais ou menos aprofundadas sobre a realidade de per se, como sítios arqueológicos únicos, sem leituras eficazes do seu significado regional, que procure vislumbrar a existência (ou não) de teias de relacionamento entre os vários sítios e necrópoles. A hegemonia explicativa que os povoados fortificados exercem sobre as nossas leituras do Calcolítico só pode ser ultrapassada quando na Península de Lisboa se estudarem povoados com outras características morfológicas, como sucedeu para o Alentejo, como a identificação e escavação de grandes povoados permanentes sem fortificações como a Sala n.^o 1, a Mangancha, Porto Torrão, Marco dos Albardeiros.

Os momentos terminais do Calcolítico da região constituem uma outra “história”, que apenas pode ser aqui superficialmente referida. A existir o aparente abandono de um povoado como o Penedo do Lexim, em meados do III milénio, e a ocupação de um local muito próximo (Anços) na outra margem da Ribeira de Cheleiros estaríamos na presença de um dos povoados fortificados com vida mais curta. No entanto, será necessário efectuar trabalhos sistemáticos no Penedo do Lexim para indagar este facto e verificar possíveis sinais de ocupação fora da área muralhada (como parece suceder no Zambujal e em Liceia). Os povoados com campaniforme marítimo são relativamente escassos (embora este exista em abundância em necrópoles como a anta das Pedras da Granja), face a um número mais elevado de sítios com campaniforme pontilhado e inciso.

Apesar de todo o grau de incerteza, posso afirmar que as comunidades que habitaram nas margens da Ribeira de Cheleiros ao longo dos IV e III milénios foram construindo vários modelos de apropriação do espaço, traduzíveis na malha do seu povoamento, nos locais que escolhiam para aí estabelecer os seus habitats permanentes e na forma como inumavam os seus mortos.

É minha convicção que a utilização de micro-escalas de análise resultará sempre na certeza que os modelos de povoamento padronizados (mesmo em escalas regionais) se esbatem perante a especificidade do nosso objecto de análise. Como foi referido, a confrontação do caso da Ribeira de Cheleiros com outros espaços aparentemente similares (Sisandro, Barcarena, Alcântara) revela outras tantas realidades.

O pretense determinismo ecológico do litoral oceânico e fluvial é por vezes substituído por outro tipo de condicionalismos de natureza económica, social e mental. Apesar disso, parece evidente que as pequenas ribeiras assumiram um papel muito mais importante para a fixação das comunidades que propriamente o litoral oceânico (e o vale do Tejo). A tão citada transitabilidade da Península de Lisboa seria sobretudo efectuada através destes cursos de água, e não através da inhospita arribal litoral atlântica. O Oceano continuaria a exercer um fascínio sobre estas comunidades, como parece evidente pela implantação de algumas necrópoles, e a assumir um valor económico de relativa importância. Deve ser salientado o facto de, com o Calcolítico, existir um afastamento sensível dos povoados em relação ao litoral imediato, sem que seja possível encontrar um verdadeiro mundo “interior” entre o mar e o Tejo.

No presente trabalho, existiu uma maior incidência na fachada oceânica da Península de Lisboa, pois é nesta que se concentraram um maior número de evidências e porque esta realidade se encontra mais próxima da situação de Cheleiros.

Apesar de não ter qualquer evidência que a Ribeira de Cheleiros funcionava como um microcosmo com significado histórico e cultural, é óbvia a sua importância para as comunidades que habitavam nas suas margens, tanto pelo seu valor de subsistência (relativa importância a julgar pela abundância de pequenos cursos de água e de nascentes na área), como pelo seu valor estratégico (transitabilidade do rio até épocas históricas), marca de passagem de duas paisagens (plataforma litoral a Norte da Serra de Sintra e paisagem movimentada que se inicia pouco depois da margem direita da Ribeira de Cheleiros, este curso de água é o mais importante da área). Até pelo seu valor simbólico (megalitismo não funerário na proximidade da ribeira).

Existiram aqui outros elementos que poderão ter condicionado a ocupação do espaço, como a Serra de Sintra, que marca o horizonte Sul da área em estudo. É este limite meridional que apresenta maiores fragilidades de definição, devendo esta área natural ser estendida até à Serra.

A variedade de percepções da zona pode ser verificada quando comparamos o tipo de implantações de povoados e necrópoles. Para os primeiros, existe de facto uma coincidência com o traçado da Ribeira de Cheleiros, mas para as necrópoles existiram outras prescrições: o mar, a Serra e outros condicionalismos definitivamente perdidos (apenas existem duas necrópoles na área da Ribeira de Cheleiros).

Verifica-se assim que a margem direita da Ribeira de Cheleiros não é efectivamente terra de ninguém. E a rarefacção de vestígios arqueológicos nesta “terra de pedra, cardos e do diabo” pode ser explicada, em parte, pelos escassos trabalhos arqueológicos aqui desenvolvidos, mas também pela maior agressividade do meio nesta área particular do concelho de Mafra.

Mafra, Novembro de 1996